

Um plano nacional para desenvolvimento de Bibliotecas e Centros de Documentação *

WILLIAM V. JACKSON **

Necessidade de planejamento nacional para desenvolvimento de Bibliotecas e Centros de Documentação. Relação desse planejamento com o planejamento geral nacional. Fases do planejamento. Órgãos responsáveis pela elaboração e pela execução do plano.

Quem observou o panorama bibliotecário internacional, na década de 60, não pôde deixar de notar uma crescente movimentação e uma intensa atividade na área do planejamento nacional de bibliotecas e centros de documentação. Tal fato não constituiu grande surpresa, tendo em vista o profundo interesse demonstrado, desde a Segunda Guerra Mundial, por parte das organizações internacionais e dos governos dos países em desenvolvimento, em planejar, a longo

* Trabalho apresentado na International Library Conference, Kingston, Jamaica, April, 23-29, 1972. Tradução da Profa Marysia Malheiros Fluzza.

** Professor de Biblioteconomia do George Peabody College for Teachers, professor de Espanhol e Português da Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, USA.

prazo, o desenvolvimento sócio-econômico. Porém, a mais marcante repercussão desta situação, na área bibliotecária, se manifestou na criação da "Division for the Development of Documentation, Libraries and Archives" da Unesco, sob a liderança de Carlos Victor Penna, cujos esforços incansáveis neste campo culminaram em seu trabalho pioneiro: "Planeamiento de Servicios Bibliotecarios" (1968). Uma edição revista e aumentada deste trabalho foi publicada, em 1970, com o título: "The Planning of Library and Documentation Services". (1).

O autor do presente trabalho considera apropriado que um estudo preparado para uma Conferência Internacional de Biblioteconomia, a se realizar na Jamaica, enfoque o tema de planejamento bibliotecário dentro da estrutura geográfica da América Latina (abrangendo a área do Hemisfério Ocidental, ao sul dos Estados Unidos e Canadá) cujos vínculos e conexões com a Jamaica estão crescendo em número e importância. Por esta razão, poder-se-ia acrescentar ao título deste trabalho, o seguinte sub-título: "Algumas considerações sobre, ou em relação à situação na América Latina".

Em resumo, esta apresentação se baseia, não somente no trabalho de muitas pessoas relacionadas com o desenvolvimento bibliotecário nessa área, mas também, na experiência do próprio autor como observador do panorama bibliográfico e bibliotecário na América Latina e, mais recentemente, como colaborador em planejamentos nacionais de dois grandes e importantes países — Brasil e Colômbia.

Este trabalho pretende rever sucintamente os antecedentes e os elementos que compõem um plano nacional para desenvolvimento de bibliotecas e apresentar alguns comentários e observações dentro do

contexto da América Latina, com a esperança de que esta "avaliação" possa dar orientação para aqueles não familiarizados com o assunto em geral, e sugestões úteis para os que trabalham em planejamento, um instrumento cada vez mais importante para se conseguir melhores serviços de biblioteconomia e documentação.

Em quase todos os países da América Latina observou-se, na década de 60, o aparecimento de uma nova dimensão na cena bibliotecária: uma crescente série de atividades relacionadas com o planejamento do desenvolvimento das bibliotecas. Há 2 anos, Marietta Daniels Shepard registrou alguns dos projetos experimentados em 10 repúblicas latino-americanas (2). Conforme se esperava, seu relatório descritivo mostra claramente que alguns países progrediam relativamente mais que outros; o mais interessante, porém, é o fato que, pelo menos na opinião do autor, uma lista classificando países de acordo com o desenvolvimento bibliotecário total não coincidiria necessariamente com uma lista dos que desenvolveram mais o planejamento bibliotecário. Contudo, deve-se reconhecer que algumas influências em comum estiveram e estão agindo em toda a área. O mais importante destes antecedentes gerais foi o estímulo que todos os tipos de planejamentos sócio-econômicos receberam da Aliança para o Progresso, a partir de 1961. Outro fator foi o papel importante que os órgãos governamentais do planejamento — o Departamento Nacional de Planeación na Colômbia, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral no Brasil, a Oficina Central de Coordinación (CORDIPLAN) na Venezuela e outros órgãos similares em outros países — passaram a ocupar nos conselhos governamentais (em alguns casos suplantando ministérios mais antigos).

A crescente conscientização dos responsáveis pelos setores da Educação Superior e da Tecnologia de que o progresso nestes setores depende de um adequado sistema de informação, e sua preocupação em providenciar tal sistema, se torna mais evidente na medida em que o aumento da renda governamental permite que um maior número de projetos educacionais e tecnológicos possam ser iniciados. No que se refere à biblioteconomia, deve ser salientado o papel catalítico do Library Development Program of the Organization of American States, que agora dá assistência técnica e outros auxílios, com prioridade, ao planejamento nacional de serviços de bibliotecas e de documentação e ao treinamento de pessoal (3). Simultaneamente, uma série de encontros regionais, que enfocaram em maior ou menor grau o planejamento e que reuniram bibliotecários e documentalistas, proporcionou oportunidades valiosas para troca de informações e idéias. Não sendo possível nomear todos estes encontros, os seguintes servirão de exemplo: Seminario sobre el planeamiento de un servicio de bibliotecas escolares, Bogotá, 1961 (4), Seminario regional sobre el desarrollo de las bibliotecas universitarias en America Latina, Mendonza, 1962 (5), Round table on International Cooperation for Library and Information Services in Latin America, Washington, 1965 (6), Meeting of Experts on the National Planning of Library Services in Latin America, Quito, 1966 (7), Reunión de Expertos sobre el desarrollo de las Bibliotecas Escolares en América Central, Antigua, 1968 (8).

Todos estes antecedentes contribuíram significativamente na preparação do cenário para a atuação de cada país, em particular, no planejamento nacional de bibliotecas e centros de documentação. Antes de

considerar os elementos de um plano bibliotecário nacional, seria conveniente recordar sua relação com o panorama geral do planejamento. O ponto de vista mais comum é que o planejamento de serviços bibliotecários é uma fase do planejamento educacional que, por sua vez, é um dos grandes setores do planejamento nacional do desenvolvimento sócio-econômico em geral. Em outras palavras, se se considera o planejamento global nacional em nível primário, o planejamento dos principais setores como educação e saúde pública se coloca em nível secundário e o planejamento de componentes destes setores — tais como bibliotecas e centros de documentação — forma o nível terciário. Talvez isto explique porque muitos planos de desenvolvimento nacional tenham tão poucas referências a bibliotecas.

Além disso, é essencial que se recorde que o planejamento bibliotecário — como todos os tipos de planejamento — não é um fim em si mesmo, mas acima de tudo um meio para alcançar metas pré-determinadas, com maior rapidez e eficiência e menor custo. E vamos repetir: nem o processo do planejamento, nem os próprios planos são as metas; os objetivos especificados nos planos constituem os resultados a serem obtidos. Este é um ponto chave, especialmente nestes dias de “management strategy” e “gamesmanship” que muitas vezes levam gerentes e administradores a esquecerem que seu trabalho não é um fim em si mesmo; o importante é alcançar as metas e os objetivos estabelecidos pela instituição, e, conseqüentemente, os valores da gerência e administração são instrumentais e não fundamentais. Esta verdade se aplica aos planos de desenvolvimento, incluindo o planejamento dos sistemas de bibliotecas e centros de documentação.

Penna citou as duas fases do planejamento bibliotecário: a normativa e a operacional, definindo-as assim: "(a) definição dos princípios gerais e específicos para estabelecimento, operação e extensão dos serviços bibliotecários e das várias alternativas possíveis; (b) estratégia para assegurar sua execução eficiente e o uso racional dos recursos humanos e materiais disponíveis". (9). Seria, entretanto, conveniente considerar três fases sucessivas: atividades pré-planejamento, preparação do plano e sua execução.

FASE NORMATIVA

Um plano nacional para desenvolvimento bibliotecário deve, por definição, considerar todas as necessidades de informação de ordem prática, cultural ou recreativa do país, a extensão na qual são atendidas (e, conseqüentemente, as deficiências que existem) e a metodologia proposta para alcançar as metas estabelecidas dentro de um prazo razoável. A complexidade desta tarefa exige que os planejadores tenham à sua disposição o conhecimento das experiências prévias — em outras palavras, um completo repertório da documentação existente. O insucesso em reunir esta documentação representa uma das primeiras dificuldades de um trabalho de planejamento. À primeira vista, isto parece uma tarefa fácil: consultar as fontes bibliográficas do campo (*Library Literature et al.*) e se filiar a uma biblioteca que tenha uma boa coleção de biblioteconomia e documentação, para obter as publicações. As listas bibliográficas não apresentam grande quantidade de material — nota-se mais tarde que as bibliografias e índices freqüentemente referenciam somente trabalhos publicados. A falta de grandes coleções de biblioteconomia

na América Latina (com duas notáveis exceções: o Instituto Bibliotecológico da Universidade de Buenos Aires e a Inter-American School na Universidade de Antioquia, Medellín) dificultam a tarefa da obtenção de publicações. Os planejadores, à medida que continuam seu trabalho, percebem que existe uma considerável soma de informações disponíveis (na maioria dos países) mas uma grande porcentagem delas aparece em forma efêmera: trabalhos para conferências ou simpósios (que podem aparecer ou não nos "proceedings" finais), relatórios de delegações de especialistas, estudos publicados em forma processual por comitês e grupos *ad hoc*, memorandos e outros documentos preparados para uso interno e correspondência entre bibliotecas e outras organizações nacionais ou estrangeiras. Reunir todo este material não é tarefa fácil. Sua dispersão física exige que os planejadores obtenham fotocópias (o que não é fácil na América Latina, onde não se dispõe com tanta facilidade de máquinas Xerox quanto nos Estados Unidos). Apesar da surpreendente quantidade de documentação disponível, a cobertura dos vários aspectos dos serviços bibliotecários e documentários de um país nunca é feita completamente. Isto significa que os planejadores precisam obter informação sobre aqueles aspectos não abordados ou inadequadamente estudados. Este trabalho pode ser feito de duas maneiras: por meio de questionários ou entrevistas pessoais. No primeiro caso, deve ser previsto, no esquema do planejamento, o tempo necessário para preparação, reprodução e distribuição de formulários e para sua resposta. São fatores importantes para seu sucesso a eficiência dos serviços postais e a atitude dos bibliotecários e educadores com relação ao "questionário" — instrumento de pesquisa muito menos difundido na

América Latina do que nos Estados Unidos, se bem que os cientistas sociais americanos estão conseguindo, a passos largos, familiarizar a população latino-americana com os prazeres (?) da cooperação com este tipo de pesquisa. A equipe da OAS na Colômbia observou — baseando-se na resposta rápida a um questionário de uma página, enviado, há dois anos, às bibliotecas universitárias colombianas — que quanto menor for o formulário, mais rapidamente se recebe a resposta e conseqüentemente, a informação desejada. A validade da entrevista varia de modo considerável, especialmente em relação ao tempo que se possa destinar a este tipo de pesquisa.

Os especialistas em serviços bibliotecários e de documentação, sejam eles do próprio país ou consultantes de outros países, precisarão estudar, sistematizar e avaliar todos os dados acumulados para chegar ao diagnóstico ou análise da natureza, da estrutura e da adequação dos serviços existentes no presente, em comparação com as metas e objetivos dos órgãos ou instituições a que pertencem e com as necessidades nacionais de informação. A natureza e a extensão dos serviços e dos recursos bibliográficos serão considerados, bem como as qualificações do pessoal, o apoio financeiro e as instalações adequadas, elementos essenciais para a criação de bibliotecas e centros de informação.

Até a presente data, a maioria dos trabalhos no campo do planejamento bibliotecário nacional se restringiu a este nível de diagnóstico e ainda não foi apresentado um plano nacional abrangente. Porém, estas tentativas não são desprezíveis, tendo em vista os consideráveis obstáculos enfrentados pela profissão. Algumas destas análises descritivas se limitam a certos tipos de bibliotecas (10) enquanto outras abrangem

todos os tipos em determinados países como Jamaica (11) e Colômbia (12).

Um ponto importante a se considerar, com referência ao “diagnóstico das bibliotecas”, é o concernente aos modelos para avaliação e execução do plano. Modelos realísticos para bibliotecas de vários tipos (como os desenvolvidos nos Estados Unidos e em outros países que possuam um bom serviço bibliotecário) podem servir de base para julgar os serviços existentes e para determinar as metas de novos empreendimentos. Mas a adoção pura e simples de modelos americanos ou de outros países é um erro: cada país necessita criar seus próprios modelos, adaptados aos serviços bibliotecários já existentes, à sua situação e às suas necessidades educacionais, culturais e sociais.

Todas estas atividades compõem a fase de pré-planejamento e constituem, realmente, um prelúdio para a preparação do plano propriamente dito. Antes de se preparar o plano detalhado, é necessário, entretanto, determinar as metas desejadas e isto requer paciência e reserva por parte dos bibliotecários e documentalistas, por que, como Penna salientou “os objetivos definitivos (e mais ainda o tempo destinado para atingi-los) serão determinados, não pelos bibliotecários, mas por decisões das altas esferas políticas e administrativas e limitados pelas prioridades e reivindicações, sobre os recursos nacionais, de setores vitais, tais como educação, saúde pública e comunicações” (13). Apesar disto, cabe aos planejadores desempenhar um importante papel consultivo: verificar se as metas estabelecidas são válidas e realísticas. A tentativa de proporcionar tudo para todos, deve ser desde logo evitada: pretender atingir, a curto prazo, em países em fase de desenvolvimento (como

os da América Latina) o nível de recursos e serviços bibliotecários existentes nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha ou na Escandinávia, resultado de décadas de assistência e desenvolvimento bibliotecários, é lançar-se em uma missão condenada ao insucesso desde o início.

A FASE OPERACIONAL

A fase operacional de um plano nacional para o desenvolvimento de bibliotecas consiste na elaboração do plano (primeiramente em forma provisória e depois em forma definitiva) e sua execução. A preparação do plano consiste em se considerar os objetivos e determinar as técnicas, os prazos e as verbas necessárias para atingi-los. A melhor maneira de se fazer isto é, provavelmente, indicando o desenvolvimento proposto para os mais importantes tipos de bibliotecas (nacionais, públicas, escolares, universitárias e especializadas). Para cada tipo, um certo número de objetivos deve ser considerado, com relação a acervos, serviços oferecidos, pessoal, instalações e equipamento. Assim, entre os objetivos de uma biblioteca universitária, por exemplo, poderíamos incluir: duplicação do acervo, ter um número específico de bibliotecários formados em seu "staff", e a criação de uma unidade de recursos áudio-visuais. Um plano nacional, conseqüentemente, deve abranger um número relativamente grande de objetivos específicos; para cada um deles, os planejadores devem calcular o tempo necessário para sua execução e indicar a duração das etapas dentro deste tempo previsto — por exemplo, se uma meta deve ser atingida em 5 anos, poder-se-ia dividir o trabalho em 5 etapas, completando 20% em cada ano; ou estabelecer uma escala progressiva — 10% no primeiro ano, 15% no segundo,

20%, no terceiro, 25%, no quarto e os 30% restantes no último ano. Os planejadores deverão também tomar cuidado para não se disporem a executar todos os objetivos no início das operações, para não esgotar os fundos disponíveis, como também para permitir a inclusão de novos projetos, com o aumento dos financiamentos e o crescimento da experiência. Assim, os projetos iniciais devem ser aqueles que mais contribuem para a infra-estrutura bibliográfica e bibliotecária — por exemplo, programas de treinamento de pessoal. Para cada objetivo, deve ser preparado o cronograma de execução, especificando o material humano necessário (quanto ao número e às qualificações), os custos devem ser calculados (numa base anual e no total); além disso será necessário indicar as fontes de verbas previstas, se haverá possibilidade de se obter auxílios externos (14) governamentais ou de organismos internacionais, embora o orçamento nacional continue a ser a principal fonte de verbas. Deve ser feita também uma distribuição dos recursos financeiros em: emprego de capital e custos de operação. Os primeiros serão mais altos nas primeiras fases de execução do plano enquanto os últimos aumentarão à medida em que os programas vão sendo completados. Um dos empregos de capital que deve ser previsto é a aquisição de um estoque básico de livros e outros materiais bibliográficos e áudio-visual, considerando as dificuldades do comércio livreiro na América Latina. A manutenção e a complementação do acervo será feita com o orçamento operacional. O plano total poderá ser sumarizado em um quadro, mas deverá ser, naturalmente, acompanhado de texto explicativo para cada um dos objetivos.

O plano deve propor, também, uma estrutura para sua administração e execução. A não ser que

já exista uma comissão nacional de bibliotecas, deverá ser criado um órgão central para o desenvolvimento do projeto, que será a autoridade máxima na execução do plano. Este órgão não será necessariamente uma grande entidade operacional, mas suas atividades principais serão as de supervisionar e, *especialmente*, coordenar as contribuições de órgãos já existentes, que ficarão encarregados de uma ou mais partes da execução do plano. As circunstâncias variam, entretanto, e, em países onde o pessoal especializado é escasso, seria mais conveniente concentrar diversos serviços bibliotecários e bibliográficos em uma biblioteca ou órgão central. O órgão coordenador necessitará de um conselho consultivo, constituído não somente de bibliotecários e educadores, mas de economistas, sociólogos e líderes de opinião, para assessorá-lo e para lhe dar apoio e cobertura.

Mencionamos em parágrafos anteriores que o plano deve ser feito inicialmente em forma provisória. Isto é necessário para que seja largamente distribuído e receba a maior publicidade possível, antes que sua versão final seja fixada. Desta maneira, conseguir-se-á um canal para recebimento de críticas construtivas e sugestões para melhoramentos nos objetivos ou na metodologia e também um meio de estabelecer as fundações para a aceitação irrestrita da versão final adotada. Muitas vezes, o plano — ou os estudos e levantamentos feitos para o diagnóstico — não são suficientemente disseminados ou discutidos. Na Colômbia, por exemplo, conseguiu-se obter, em 1970, uma importante contribuição para o conhecimento dos serviços bibliotecários no país. Seis estudos separados (15) reuniram uma grande quantidade de informações, que, anteriormente, não eram disponíveis e apresentaram numerosas recomendações; mas, se estes dados

não forem distribuídos e discutidos, o tempo e o esforço dispendidos em sua preparação terão sido mal aproveitados. Em outras palavras, a publicação, a distribuição e a discussão são etapas vitais na preparação de um plano; e aí aparece o papel importantíssimo que a Associação de Bibliotecários deve assumir, seja providenciando a divulgação das pesquisas, seja patrocinando encontros, nos quais os objetivos e a metodologia possam ser abertas e inteiramente discutidos. O plano definitivo incorporará algumas das modificações e revisões resultantes destas deliberações (e deve ser previsto um prazo para isto). Mesmo depois do plano final ser posto em ação, não significa que ele não possa ser modificado; poderá sofrer mudanças e alterações subsequentes. Porém, é necessário que se evitem duas espécies de perigos: se as alterações aparecerem muito cedo e com muita intensidade, duvidar-se-á da sensatez do plano, mas se aparecerem muito tarde e muito espaçadamente, deixarão de denunciar as falhas, com tempo suficiente para prevenir o desperdício de esforços, dinheiro e material humano.

Ao considerarmos um plano nacional, ainda não nos referimos à questão do órgão que deverá ser responsável por seu preparo inicial. Não existe uma resposta definitiva: variará de país para país e dependerá de fatores tais como: (1) recursos humanos disponíveis, (2) interesse dos órgãos já existentes, (3) prioridade relativa das bibliotecas ou centros de informação no desenvolvimento educacional (esta informação deverá ser fornecida pelo órgão nacional de planejamento). Algumas possibilidades a serem consideradas: (a) o órgão nacional do planejamento, (b) a Biblioteca Nacional, (c) a Associação de Bibliotecários, (d) uma Escola de Biblioteconomia, especial-

mente uma que já se dedique a atividades de pesquisa e (e) o Ministério da Educação. Cada um destes órgãos apresenta várias vantagens e desvantagens; os fatores-chave são, naturalmente, a disponibilidade de profissionais competentes e um orçamento adequado para cobrir as despesas com pessoal, viagens, material, publicação do plano, etc. Visto que há sérias desvantagens em se confiar a tarefa a um órgão que já tenha outras metas prioritárias, talvez seja mais conveniente criar uma unidade *ad hoc*: uma comissão nacional para o planejamento e desenvolvimento das bibliotecas e centros de documentação. Para esta comissão, será, com certeza, mais fácil obter ajuda externa, em forma de auxílio financeiro ou assistência de especialistas, oferecida por fundações filantrópicas ou órgãos internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao constatarmos o expressivo progresso no campo biblioteconômico na América Latina, nas últimas décadas, perguntamo-nos porque não houve, com algumas e raras exceções, a mesma preocupação em preparar um plano nacional para o desenvolvimento das bibliotecas. São duas, no meu entender, as causas deste estado de coisas: uma delas é a omissão, por parte dos bibliotecários, em apresentar aos educadores e planejadores os recursos que as bibliotecas podem oferecer com referência às necessidades nacionais de informação. A consequência disto é a “reinvenção da roda” ou seja a criação, por parte dos tecnocratas ou governantes, de outras instituições ou novos métodos para suprir as necessidades de informação. A outra, talvez a mais significativa, é o insucesso de bibliotecários e documentalistas em coordenar seus esforços. As instituições e os órgãos governamentais

encarregados de um ou mais programas bibliotecários ou bibliográficos não se comunicam entre si. Nos círculos profissionais, bibliotecários e documentalistas dispendem tempo e energia, disputando questões de terminologia ou discutindo regras de catalogação, enquanto deveriam estar cooperando para conhecer o estado dos serviços bibliotecários e promovendo a criação de um plano nacional que beneficiaria a todos eles. Concluimos, assim, este estudo e estas breves reflexões sobre o planejamento nacional para o desenvolvimento de bibliotecas com um fervente apelo aos bibliotecários e outras pessoas interessadas no desenvolvimento bibliotecário, para que transformem em realidade o significado da expressão: "coordenação de esforços".

Need for a national plan for library and information services development. Its relationship to the larger planning picture. Phases of the library planning. Agencies which are responsible for the preparation and the execution of the plan.

BIBLIOGRAFIA CITADA

1. CARLOS VICTOR PENNA, *Planeamiento de Servicios Bibliotecarios*, [Madrid, Oficina de Educación Iberoamericana c1968]; CARLOS VICTOR PENNA, *The Planning of Library and Documentation Services*, 2d ed., rev. and enl. by P. H. Sewell and Herman Liebaers, [Paris] UNESCO [1970] (UNESCO Manuals for Libraries, 17).
2. MARIETTA DANIELS SHEPARD, "State of Library Planning in Latin America," *Missouri Library Association Quarterly*, XXX (1969), 307-325.
3. Organization of American States, Library Development Program, *To Gain Access to Knowledge: Report of the Development Program*, Washington, Secretaria General, Organización de los Estados Americanos, 1971 (Cuadernos Bibliotecológicos, 55), p. 23.

4. Seminario Sobre el Planeamiento de un Servicio de Bibliotecas Escolares, Bogotá, 1961, *Informe Final*, La Habana, Centro Regional de la UNESCO en el Hemisferio Occidental, 1962.
5. Seminário Regional sobre el Desarrollo de las Bibliotecas Universitarias en América Latina, Mendoza, 1962, *Informe*, Mendoza, 1962.
6. Round Table on International Cooperation for Library and Information Services in Latin America, Washington, 1965, *Final Report and Documents*, Washington, Pan American Union, 1966, 2v.
7. "Meeting of Experts on the National Planning of Library Services in Latin America: Report," *UNESCO Bulletin for Libraries*, XX (1966), 278-287.
8. Reunión de Expertos sobre el Desarrollo de las Bibliotecas Escolares en América Central, Antigua, 1968, *Informe Final*, Paris, UNESCO, 1968 (COM/CS/52/4). Also issued in Argentina: Tucumán, 1969 (Tucumán, Universidad, Publicación, 1011).
9. *The Planning of Library and Documentation Services*, p. 47.
10. E. ROJAS ROJAS, *Centroamérica: Bibliotecas Escolares y Centro de Formación de Bibliotecarios*, Paris, UNESCO, 1967 (WS/0167.72/COM); CARL W. DEAL, WILLIAM V. JACKSON, MARIETTA D. SHEPARD, *The Libraries of Central American Universities: A Report to CSUCA*, Guatemala, Regional Office for Central America and Panama, Agency for International Development, 1965.
11. J. P. DANTON, *Jamaica: Library Development*, Paris, UNESCO, 1968 (No. 885/BMS.RD/DBA/DND).
12. WILLIAM V. JACKSON, *Steps Toward the Future Development of a National Plan for Library Services in Colombia*, with the collaboration of Paxton P. Price and María Sanz, Nashville, Distributed by Vanderbilt University Bookstore [1971].
13. *The Planning of Library and Documentation Services*, p. 58.
14. MARIA TEREZA SANZ, "Planeamiento Nacional de Servicios Bibliotecas; Problemas Susceptibles de Ser Resueltos

- por la Ayuda Externa," in Round Table on International Cooperation for Library and Information Services in Latin America, Washington, 1965, *Final Report and Documents*, Washington, Pan American Union, 1966, I, 97-115.
15. For listing see WILLIAM V. JACKSON, "Colombia, Libraries in," in *Encyclopedia of Library and Information Science*, New York, Dekker, 1971, V, 309 (Table 12).

BIBLIOGRAFIA

- BAHIA. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento da Educação Superior e Cultura. Divisão de Bibliotecas. *Projeto de um Sistema de Bibliotecas para o Estado da Bahia, 1967-1970*. [Salvador] Centro de Estudos e Planejamento, 1967.
- BIXLER, Paul. *The Mexican Library*. Metuchen, N. J., Scarecrow Press, 1969.
- CAMPBELL, H. C. *Metropolitan Public Library Planning Throughout the World*. Oxford, Pergamon Press, 1967.
- COSTA RICA. Ministério de Educación Pública. *Planeamiento del Desarrollo Educativo: Diagnóstico*. San José, 1971.
- DANTON, J. P. *Jamaica: Library Development*. Paris, UNESCO 1968. (No. 885/BMS.RD/DBA/DND).
- DEAL, Carl W., JACKSON, William V., and SHEPARD, Marietta D. *The Libraries of the Central American Universities: A Report to CSUCA*. Guatemala. Regional Office for Central America and Panama, Agency for International Development, 1965. Also issued in Spanish: *Las Bibliotecas de las Universidades Centroamericanas: Informe al CSUCA*.
- DEAL, Carl W., JACKSON, William V., and SHEPARD, Marietta D. *La Universidad y Sus Bibliotecas; y Bases para una Encuesta*. Washington, Unión Panamericana, 1966. Cuadernos Bibliotecológicos, 35).
- Expert Meeting on National Planning of Library Services in Asia, Colombo, 1967. Main Working Document., Paris, UNESCO, 1967. (COM/CS/190/3).

- JACKSON, William V. "Colombia, Libraries in." In: *Encyclopedia of Library and Information Science*, III, 166-237. New York, Dekker, 1970.
- JACKSON, William V. "Brazil, Libraries in." In: *Encyclopedia of Library and Information Science*, V, 282-315. New York, Dekker, 1971.
- JACKSON, William V. *The National Textbook Program and Libraries in Brazil*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Book Center, 1967.
- JACKSON, William V. *Steps Toward the Future Development of a National Plan for Library Services in Colombia*. With the Collaboration of Paxton P. Price and María Sanz. Nashville, Distributed by Vanderbilt University Bookstore [1971].
- JORDAN, Alma Theodora. *The Development of Library Service in the West Indies Through Interlibrary Cooperation*. Metuchen, N. J., Scarecrow Press, 1970.
- JUARROZ, Roberto. *Guatemala: Plan para el Desarrollo de las Bibliotecas Públicas y Escolares*. Tucumán, Biblioteca Central, Universidad Nacional de Tucumán, 1968. (Tucumán. Universidad. Publicación, 1009).
- "Meeting of Experts on the National Planning of Library Services in Latin America: Report", *UNESCO Bulletin for Libraries*, XX (1966), 278-287.
- Organization of American States. Library Development Program. *To Gain Access to Knowledge; Report of the Library Development Program*. Washington, Secretaría General, Organización de los Estados Americanos, 1971. (Cuadernos Bibliotecológicos, 55).
- PENNA, Carlos Victor. *Planeamiento de Servicios Bibliotecarios*. [Madrid, Oficina de Educación Iberoamericana, c1968].
- PENNA, Carlos Victor. *The Planning of Library and Documentation Services*. 2d ed., rev. and enl. by P. H. Sewell and Herman Liebaers. [Paris] UNESCO, [1971], (UNESCO Manuals for Libraries, 17).

Planeamiento Nacional de Servicios Bibliotecarios. Vol. II, Por Países. Washington, Secretaría General, Organización de los Estados Americanos, 1966 — (In progress).

Parte I , Chile y México, 1966.

Parte II , Colombia Y Puerto Rico, 1968.

Parte III, Brasil, 1970. .

"I [i. e., Primer] Seminario de Bibliotecas Universitarias".
In: Bucaramanga. Universidad Industrial de Santander.
Boletín Bibliográfico, N° 2 (September 1969), 5-86.

Reunión de Expertos sobre el Desarrollo de las Bibliotecas Escolares en América Central, Antigua, 1968. *Informe Final*. Paris, UNESCO, 1968. (COM/CS/52/4) Also issued in Argentina: Tucumán, Biblioteca Central, Universidad Nacional de Tucumán, 1969. (Tucumán. Universidad. Publicación, 1011).

ROJAS ROJAS, E. *Centroamérica: Bibliotecas Escolares y Centro de Formación de Bibliotecarios*. Paris, UNESCO. 1967. (WS/0167.72/COM). Also issued in Argentina: Tucumán, Biblioteca Central, Universidad Nacional de Tucumán, 1968. (Tucumán. Universidad. Publicación, 999).

Round Table on International Cooperation for Library and Information Services in Latin America. *Final Report and Documents*. Washington, Pan American Union, 1966. 2 v. (Reuniones Bibliotecológicas, 10-11).

Seminario Interamericano sobre Planeamiento de Servicios Bibliotecarios y de Documentación, Madrid, 1968. *Informe Final*. Madrid, Oficina de Educación Iberoamericana, 1968.

Seminario Regional sobre el Desarrollo de las Bibliotecas Universitarias en América Latina, Mendoza, 1962. *Informe*. Mendoza, 1962.

Seminario sobre Planeamiento de Estructuras Nacionales de Información Científica y Técnica, Madrid, 1970. *Informe Final*. Madrid, Oficina de Educación Iberoamericana, 1971.

Seminario sobre Planeamiento de un Servicio Nacional de Bibliotecas Escolares, Bogotá, 1961. *Informe Final*. La Habana, Centro Regional de la UNESCO en el Hemisferio Occidental, 1962.

- SHEPARD, Marietta D. "State of Library Planning in Latin America". *Missouri Library Association Quarterly*, XXX (1969), 307-325.
- Symposium on Documentation Planning in Developing Countries, Bab Godesberg, 1967. [Report.] Bonn, German Foundation for Developing Countries [1968?].
- URUGUAY. Universidad. Escuela de Bibliotecología y Ciencias Afines. *Plan General de Desarrollo para Bibliotecas Universitarias y de Otras Bibliotecas de Enseñanza Superior en el Uruguay*. Montevideo, 1969.
- URUGUAY. Universidad. Escuela de Bibliotecología y Ciencias Afines. *Planeamiento de los Servicios Bibliotecarios en el Uruguay: Informe sobre Bibliotecas Públicas en Montevideo*. Montevideo, 1970.
- WHITE, Carl M. *Mexico's Library and Information Services: A Study of Present Conditions and Needs*. [Totowa, N.J.], Bedminster Press [c1969].